



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL

Aos 4 dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição Regimental do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

A sessão foi iniciada sob a presidência do Senhor Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), que deu as boas-vindas ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE), Paulo Rangel, ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (SENEC), Nuno Sampaio e aos Deputados presentes. Deu conta da grelha de tempos. Seguidamente deu a palavra ao MENE.

O MENE realçou os principais desenvolvimentos desde a última audição regimental de 17 de dezembro de 2024, com destaque para a posição clara de Portugal sobre Moçambique, condenando a violência e apelando ao diálogo, à reconciliação e à reforma eleitoral. Sublinhou ainda o acompanhamento da situação com parceiros internacionais, incluindo a União Europeia. Referiu a evolução no cessar-fogo em Gaza, que tem permitido assistência humanitária e a libertação de reféns, bem como a preparação de visitas a Israel, Ramalá e Egito para reuniões com líderes locais. Destacou contactos no Fórum Económico Mundial de Davos, especialmente com responsáveis de países árabes, e a cooperação estreita com a Itália para a definição de estratégias para África no quadro da União Europeia. Assinalou a visita ao Vaticano, incluindo uma audiência privada com o Papa, centrada em conflitos internacionais, e a aprovação iminente da criação da Direção-Geral de Direito Europeu e Internacional no Ministério dos Negócios Estrangeiros, um passo relevante na reforma da Administração Pública. Finalizou expressando disponibilidade para debater os temas considerados pertinentes pelos Deputados.

Intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS), manifestando preocupação com as ameaças de deportação de cidadãos portugueses nos Estados Unidos da América (E.U.A.), criticando a desvalorização do tema por parte do Governo. Referiu que as Forças de Imigração e

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Alfândega norte-americanas (ICE, na sigla em inglês) tinha identificado 360 portugueses como possíveis deportados, um número significativo que podia vir a abranger milhares, incluindo cidadãos com dupla nacionalidade, como luso-venezuelanos e luso-brasileiros. Descreveu o ambiente de medo vivido pela comunidade portuguesa, com pessoas a evitar sair de casa e com estabelecimentos comerciais vazios. Questionou a ausência do Secretário de Estado das Comunidades nos E.U.A., apesar das suas frequentes viagens, para apoiar a comunidade, reunir-se com consulados e associações e avaliar a situação no terreno. Questionou ainda as diligências feitas pelo Governo junto das autoridades norte-americanas e de outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que também enfrentam situações semelhantes. Abordou o caos na emissão de vistos nos consulados portugueses, com atrasos que têm interrompido vidas. Criticou a decisão de acabar com a manifestação de interesse, considerando-a populista e irracional. Questionou ainda como seria feita a colocação dos 50 novos funcionários, quando os consulados estarão a funcionar plenamente e se os vistos de trabalho continuam a ser emitidos, dado que há relatos da sua suspensão.

Eurico Brilhante Dias (PS) centrou a sua intervenção no conflito tarifário em curso entre os E.U.A., a China e outros países. Referiu que a China já tinha tomado medidas de retaliação, como aumento de tarifas e limitações na exportação de bens para os E.U.A., o que representava um risco significativo para Portugal. Sublinhou que Portugal mantinha um superavit importante com os E.U.A. em bens e serviços, um fator essencial para o equilíbrio da balança comercial externa. Manifestou preocupação quanto às possíveis decisões dos E.U.A. que poderiam exigir retaliações ou compensações da União Europeia, destacando a importância de Portugal defender os seus interesses económicos neste contexto. Apontou também a possibilidade de desvio de comércio chinês para a Europa, o que poderia afetar o mercado português. Por fim, questionou sobre as diligências tomadas pelo Governo a nível político e diplomático para proteger os pontos vulneráveis da economia portuguesa, mas também para explorar oportunidades que pudessem surgir nesta conjuntura de tensões comerciais.

O MENE começou por abordar a questão das deportações, sublinhando que o Estado português acompanhava "ao milímetro" a situação dos cidadãos portugueses indocumentados nos E.U.A. através dos postos consulares, da embaixada e de outras estruturas. Reconheceu a incerteza gerada nas comunidades, que criava um clima de medo, mas afirmou que até agora não tinha existido qualquer deportação de cidadãos portugueses

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

e não existia razão para alarme, embora fossem necessárias cautela e prevenção. Destacou a existência de planos de contingência, nomeadamente nos Açores, e garantiu o acompanhamento contínuo da situação. Relativamente à questão dos vistos, o MENE criticou a posição do Grupo Parlamentar do PS por parecer contraditória em relação ao regime anterior das manifestações de interesse. Informou que a contratação de 50 novos funcionários estava em curso, com formação já realizada, e que estes começariam a trabalhar nos dias seguintes, contribuindo para a regularização das operações nos postos consulares. Sobre o conflito tarifário, mencionou que, até à data, não tinham existido decisões dos E.U.A. que afetassem diretamente a União Europeia ou Portugal, embora a situação estivesse a ser monitorizada de perto. Destacou a necessidade de prudência e estratégia, evitando declarações prematuras enquanto havia sinais de possíveis margens de negociação. Reiterou que o Governo estava a fazer o trabalho de preparação necessário para responder a qualquer eventualidade.

Paulo Neves (PSD) destacou a importância da relação de Portugal com os E.U.A., um país aliado, quinto maior cliente de Portugal e com uma grande comunidade portuguesa. Questionou o MENE sobre a postura do Governo na relação bilateral com Washington e no contexto da União Europeia perante a administração Trump. Referiu ainda as deportações de cidadãos portugueses, sublinhando que, até ao momento, não tinha existido nenhum caso recente. Sobre a CPLP, reconheceu a proximidade de Portugal com os seus membros, elogiando a posição equilibrada do Governo em relação a Moçambique, onde o MENE tinha representado o país na tomada de posse presidencial. Realçou o sucesso da cimeira com Cabo Verde, que tinha resultado em mais de 30 acordos avaliados em 100 milhões de euros, incluindo projetos de investimento verde, e destacou a visita positiva do Presidente de São Tomé e Príncipe. Por fim, abordou a candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para 2027-2028, solicitando esclarecimentos sobre a estratégia adotada e manifestando otimismo quanto às hipóteses de sucesso.

Regina Bastos (PSD) destacou o conflito prolongado entre Israel e o Hamas, que já durava há mais de 15 meses, gerando dor e consternação humana. Saudou o cessar-fogo em vigor, permitindo a ajuda humanitária, a libertação de reféns e prisioneiros, e questionou o MENE sobre a implementação das três fases do cessar-fogo e o avanço na construção da solução de dois Estados, como defendido pelo Grupo Parlamentar do PSD e pelo Governo de Portugal. Passou a abordar o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, sublinhando a invasão ilegal russa e os milhares de mortos e destruição. Reconheceu que o objetivo do Presidente Putin

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

de tomar Kiev tinha falhado, mas o exército russo ainda ocupava partes do território ucraniano. Enalteceu o aumento do apoio da União Europeia e de Portugal à Ucrânia, e questionou o MENE sobre o posicionamento da nova Administração norte-americana em relação a novas sanções à Rússia e como estas podiam enfraquecer o regime de Putin. Finalizou questionando sobre qual o momento adequado para a adesão da Ucrânia à União Europeia.

O MENE respondeu aos diversos temas abordados, começando pela relação com os E.U.A., destacando a importância dessa aliança para a soberania e identidade de Portugal. Reafirmou que a relação com os E.U.A. devia ser sólida e funcional, dado o papel geopolítico dos dois países. Relativamente a Moçambique, reiterou a disposição de Portugal para ajudar no processo de reconciliação interna e facilitar o diálogo entre o governo e a oposição, dentro do respeito pela soberania do país. Quanto ao Conselho de Segurança da ONU, mencionou que a campanha de Portugal está a correr bem, mas alertou para a necessidade de trabalho contínuo, já que o voto era secreto e as perspetivas podiam mudar ao longo do tempo. No que diz respeito ao conflito israelo-palestiniano, sublinhou a importância do cessar-fogo e do cumprimento rigoroso das fases subsequentes para avançar na solução de dois Estados, mas com cautela, dada a fragilidade da situação. Por fim, sobre a Rússia e a Ucrânia, mostrou-se positivo quanto à postura americana, embora aguardasse um posicionamento mais aprofundado.

O SENEÇ destacou o grande sucesso da Cimeira Portugal-Cabo Verde e os importantes resultados obtidos. Realçou os 100 milhões de euros em acordos comerciais e um acordo crucial na área da saúde para Cabo Verde. Enfatizou a importância do alargamento do fundo climático e ambiental, que passava de 12 milhões para 42 milhões de euros até 2030, reforçando a cooperação na luta contra as alterações climáticas. Destacou ainda a troca de dívida, que se torna agora um acordo estrutural e um exemplo internacional de boa prática, beneficiando o desenvolvimento e as empresas portuguesas envolvidas nos projetos deste fundo.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) procedeu à análise do cenário europeu, que se encontra fragilizado por uma série de fatores, como a crise económica, a falta de adaptação às novas tecnologias e o impacto de políticas climáticas rigorosas. Destacou a instabilidade política em países-chave da União Europeia, como a França e a Alemanha, e a crescente disparidade entre a Europa e os Estados Unidos, que, sob a administração Trump, privilegiavam

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

negociações bilaterais em detrimento do multilateralismo. Questionou sobre a posição do Governo português caso os E.U.A. procurassem negociar diretamente com os países europeus, sem passar por Bruxelas, e se isso representaria um desafio à relação tradicional de Portugal com os E.U.A. ou se, por outro lado, a prioridade seria dada à união continental da União Europeia.

Pedro Correia (CH) iniciou a sua intervenção abordando a viagem iminente do MENE ao Médio Oriente, onde representará o Governo e o país, com o objetivo de promover a paz na região. Destacou que, embora a boa vontade fosse importante, a política internacional devia ser pautada pelo realismo. Sublinhou a posição do Grupo Parlamentar do CH de que a solução de dois Estados continuava a ser a ideal, mas que para tal seria necessário definir fronteiras e garantir a criação de um Estado palestino livre e democrático, rejeitando a ideia de um Estado palestino controlado pelo Hamas. Em seguida, fez referência à reunião entre o Primeiro-Ministro de Israel e o Presidente dos E.U.A., destacando a importância da reformulação das relações no Médio Oriente, especialmente após os avanços militares de Israel e os desafios enfrentados pelo Irão. Questionou sobre os objetivos da viagem do MENE ao Egito e se Portugal manteria a sua posição de não reconhecimento do Estado da Palestina.

O MENE defendeu que a União Europeia era um bloco geoeconómico poderoso, embora não fosse um gigante político ou geopolítico, e destacou a importância de manter boas relações bilaterais, incluindo com os E.U.A.. No entanto, sublinhou que a postura atlântica de Portugal dentro da União Europeia era compatível com o seu europeísmo. Quanto à sua viagem ao Médio Oriente, reiterou o compromisso de expressar solidariedade a Israel, mas também criticou a desproporção das reações israelitas, defendendo um cessar-fogo com garantias de segurança. Destacou ainda a importância de capacitar a Autoridade Palestiniana e incentivar um ambiente favorável à paz. Mencionou a relevância das relações com países como a Arábia Saudita, Jordânia e Egito, não apenas para a região do Médio Oriente, mas também para o continente africano, dado que o Egito tinha uma visão ampla sobre o continente. Em relação ao reconhecimento do Estado da Palestina, afirmou que isso poderia acontecer no momento certo, mas não estaria condicionado exclusivamente às condições mencionadas pelo Deputado. O processo seria ajustado conforme a evolução dos acontecimentos. Sublinhou que o papel de Portugal seria construtivo, apoiando o processo de paz, mas sem se colocar no papel de mediador principal.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL

Rodrigo Saraiva (IL) destacou o pilar lusófono da política externa, com foco em Moçambique. Mencionou as tensões políticas e sociais recentes, como o protesto "Anamalala" e a demissão do comandante da polícia, Bernardino Rafael, por Daniel Chapo. Criticou a nomeação de Mateus Saize para Ministro da Justiça, pois estava ligada à validação de eleições que considerou injustas. Realçou ainda o relatório da Missão de Observação da União Europeia, que apontou erros graves no processo eleitoral, incluindo fraude e repressão de protestos. Questionou o Governo sobre o acompanhamento da situação e a necessidade de novas eleições. Abordou também a cooperação militar entre Portugal e Moçambique, mencionando o financiamento da União Europeia para a formação e equipamento de forças em Cabo Delgado e a ajuda do Ruanda. Finalizou com preocupações sobre o impacto desses financiamentos no terreno e a interação entre os conflitos na região.

O MENE começou por agradecer as questões e destacar a disponibilidade do novo Presidente de Moçambique para o diálogo e reformas, considerando importante que as partes envolvidas, como a oposição, estejam abertas à conversa. Afirmou que a União Europeia podia desempenhar um papel na criação de condições para resolver a crise. Embora respeitasse a soberania de Moçambique, o MENE reconheceu a importância das reformas eleitorais e constitucionais que os partidos de oposição exigiam. Destacou a necessidade de contenção por parte do Governo português, mantendo uma posição de diálogo. Relativamente à formação militar, garantiu que o exército moçambicano não tinha intervindo nas questões com apoio europeu. No que concerne a Cabo Delgado, referiu que as forças ruandesas desempenhavam um papel relevante, mas a situação estaria sob análise pela União Europeia, sem decisão tomada até o momento. Informou que o Governo português acompanhava de perto a evolução deste contexto, com o foco na atuação conjunta com os parceiros europeus.

Marisa Matias (BE) abordou o tema das implicações do conflito tarifário e da postura da União Europeia. Criticou a inatividade da União Europeia e de Portugal em relação aos desafios impostos pelos E.U.A., destacando a situação com o México e as suas repercussões na indústria automóvel europeia. Salientou que, apesar das mudanças globais e do impacto do nacionalismo mercantilista de Trump, a União Europeia tinha permanecido expectante e sem uma estratégia definida. Questionou a falta de uma resposta eficaz para os problemas económicos e de investimento produtivo, referindo que a aposta em defesa era uma reação inadequada. Expressou preocupação com a posição passiva da União Europeia em relação

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL

ao conflito na Ucrânia e ao conflito da Gronelândia com a Dinamarca, solicitando esclarecimentos sobre o papel de Portugal nessas questões. Concluiu destacando a necessidade de uma postura mais ativa e estratégica para enfrentar os desafios atuais.

O MENE começou por esclarecer que não tinha afirmado que não existiam implicações do conflito tarifário, mas que até o momento não havia nenhuma decisão formal tomada sobre a questão. Explicou que, embora a União Europeia tivesse adotado uma postura expectante, isso não significava ausência de ação, mas sim prudência para não antecipar respostas sem conhecer os resultados reais das negociações. Defendeu que a União Europeia não estava apenas focada na indústria de defesa, mas em toda a indústria, mencionando um recente pacote de desregulação e simplificação para apoiar a atividade produtiva. Reforçou que a indústria de defesa é importante para a União Europeia manter a sua capacidade de resposta militar e geopolítica, e criticou a contradição de ser contra investimentos em defesa, ao mesmo tempo em que se exige uma maior capacidade de resposta da União Europeia. Reiterou que Portugal e a União Europeia expressaram solidariedade com a Dinamarca e com a Ucrânia, mas que era importante manter uma postura prudente e evitar escaladas retóricas. Destacou que a abordagem da União Europeia tinha sido defender a integridade territorial da Ucrânia, sem tomar decisões precipitadas. Sublinhou que a postura de prudência e contenção retórica era estratégica para lidar com as incertezas e desafios globais, de forma a proteger os interesses da União Europeia e de Portugal.

Paula Santos (PCP) iniciou a sua intervenção abordando a situação da Palestina, questionando o Governo sobre o cessar-fogo, a insuficiência da ajuda humanitária e a proibição da UNRWA por parte de Israel. Questionou ainda sobre o plano de deslocação em massa da população de Gaza e quando o Governo reconheceria o Estado da Palestina, dado o comportamento de Israel em relação às resoluções da ONU. Relativamente a Moçambique, questionou sobre a postura do Governo e o apoio face às catástrofes naturais. Questionou também a posição de Portugal sobre o embargo a Cuba e a possibilidade de normalização das relações com a Venezuela. Por fim, perguntou sobre a resolução do problema dos trabalhadores sem proteção social no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O MENE, sobre o conflito israelo-árabe, sublinhou que o cessar-fogo atual era uma boa notícia, mas frágil, devendo ser encorajado e mantido. Referiu que Portugal condenava as ações na Cisjordânia que violavam o direito internacional e mantinha o apoio à UNRWA,

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

considerando a decisão de Israel de cessar a sua atuação nos territórios palestinianos altamente censurável. Quanto à deslocação da população de Gaza, alinhou com a posição do Egito e Jordânia, defendendo que não faria sentido essa expulsão. Sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, afirmou que devia ter efeitos úteis e não ser uma mera proclamação. Mencionou também que, apesar de considerar o embargo dos E.U.A. a Cuba contraproducente, respeita a sua posição e confirmou que as relações diplomáticas com a Venezuela não foram cortadas.

Rui Tavares (L) começou por destacar a complexidade da política internacional, referindo a contradição da administração norte-americana, que nega o aquecimento global na retórica, mas age como se o reconhecesse, mencionando o Ártico e a Gronelândia como exemplos. Apontou as tarifas anunciadas contra o Canadá e o México, mais severas do que contra a China, e a incerteza que tinham gerado no investimento global. Questionou como a União Europeia deveria reagir às possíveis tarifas americanas e defendeu maior flexibilidade em negociações com países como a Islândia e a Noruega, dada a mudança no contexto global. Referiu ainda a necessidade de uma resposta europeia ao eventual vazio deixado pela extinção da *United States Agency for International Development* (USAID). Por fim, sublinhou a importância estratégica do reconhecimento da Palestina para enquadrar ações em Gaza no âmbito do direito internacional.

O MENE destacou a relevância de visões diversificadas para a formulação da política externa, referindo as reflexões de antigos ministros no centenário de Mário Soares. Quanto à Islândia e à Noruega, afirmou que a integração na União Europeia dependia da vontade destes países, com a Islândia a demonstrar abertura para reabrir negociações, ao contrário da Noruega. Realçou as dificuldades históricas nas pescas, mas sublinhou que ambos seriam facilmente integráveis devido ao seu desenvolvimento económico, social e ambiental. Sobre a ajuda ao desenvolvimento, mostrou preocupação com o impacto da redução da ajuda americana a populações vulneráveis, como em Moçambique, e comprometeu-se a sensibilizar Washington. Relativamente ao Mercosul, reiterou o entusiasmo de Portugal pelo acordo, mencionando esforços diplomáticos junto de países hesitantes para garantir a sua aprovação, salientando os benefícios económicos, comerciais e geopolíticos, especialmente num contexto de crescente protecionismo global.



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

Paulo Núncio (CDS-PP) destacou a importância da visita do Secretário-Geral da NATO a Portugal, que tinha reforçado o compromisso de atingir 2% do PIB na Defesa até 2029, questionando os compromissos assumidos. Apontou fragilidades da defesa europeia, como a fragmentação da indústria militar e o baixo nível de aquisições conjuntas (menos de 20%), pedindo esclarecimentos sobre medidas para reforçar a segurança coletiva. Sobre a Ucrânia, sublinhou a necessidade de apoio contínuo e sustentável a longo prazo, incluindo militar, energético e infraestrutural. Referiu o alargamento da União Europeia a leste como imperativo estratégico, questionando a possibilidade de adesão da Ucrânia em contexto de guerra e apelando a maior abertura para a Moldávia. Manifestou preocupação com a vitória de um candidato pró-russo na Geórgia e os impactos no processo de adesão à União Europeia. Por fim, destacou a relevância de garantir a independência energética da Europa face a dependências externas.

MENE destacou que as reuniões com o Secretário-Geral da NATO trataram do compromisso de atingir os 2% do PIB na defesa, antecipando uma possível revisão dessa meta na cimeira da Haia. Referiu ainda o reforço da presença portuguesa em áreas específicas da NATO, com um aumento pontual de pessoal em determinadas capacidades. No âmbito da segurança energética, sublinhou a importância de Portugal nas interligações energéticas e na exportação de energia renovável, bem como na receção de gás proveniente de várias origens, considerando esta questão estratégica para a defesa europeia. Relativamente ao alargamento da UE, destacou a necessidade de uma integração rápida da Ucrânia devido a razões geopolíticas, citando exemplos como a adesão da Grécia em 1980. Referiu também os desafios distintos enfrentados pelos Balcãs Ocidentais e os progressos da Moldávia, defendendo maior solidariedade face à interferência russa e sublinhando a necessidade de um papel mais ativo de Portugal no apoio às autoridades moldavas.

Na segunda ronda, intervieram, num primeiro bloco de cinco intervenções, os Deputados Flávio Martins (PSD) que abordou a situação da carreira nos postos consulares, destacando a importância da rede no Brasil, a maior do país, e os impactos da falta de solução nas condições de trabalho. Referiu que a dedicação dos trabalhadores tem sido crucial, mas alertou para o impacto nas condições de trabalho e na produtividade devido a assimetrias e à falta de solução definitiva. Questionou sobre o progresso nas negociações com o sindicato e as medidas em curso para resolver essas questões. Ressaltou ainda o risco crescente de baixas médicas devido à precariedade da situação, solicitando detalhes das próximas etapas.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL

João Paulo Rebelo (PS) criticou a resposta dada na primeira ronda, que, segundo ele, desviou-se do tema relevante dos vistos e da alocação de funcionários, usando argumentos políticos irrelevantes. Recordou declarações do Secretário-Geral do PS sobre a manifestação de interesses e sublinhou a falta de alternativa apresentada. Questionou o MENE sobre o progresso real, dado que em junho tinha prometido soluções em dois a três meses.

Rodrigo Saraiva (IL) destacou o caso de Roham Torabi, cidadão português nascido no Irão, que não vê a mãe desde 2019. Explicou que Roham era perseguido politicamente e não podia regressar ao Irão, sendo essencial que a mãe viesse a Portugal para uma breve visita. Desde agosto, Roham estava a tentar obter um visto turístico para a mãe, sem sucesso, enfrentando entraves burocráticos na plataforma da VFS Global. Sublinhou a gravidade do caso, incluindo pressões da embaixada iraniana, e apelou ao Ministro e ao Secretário de Estado para intervirem diretamente e resolverem a situação.

Paulo Núncio (CDS-PP) destacou a Global Gateway, uma estratégia da União Europeia para reforçar infraestruturas e relações globais, contrastando com a Belt and Road Initiative da China, sublinhando a transparência como princípio essencial. Questionou de que forma esta iniciativa pode fortalecer as relações internacionais, promovendo proximidade, sustentabilidade e boa governação. Mencionou ainda o acordo de cooperação técnico-militar entre São Tomé e a Rússia, assinado em 2024, e perguntou se tal parceria teria prejudicado as relações diplomáticas entre Portugal e São Tomé, após as preocupações já manifestadas pelo MENE.

Paulo Edson da Cunha (PSD) abordou a questão da Palestina, referindo a neutralidade assumida por Portugal no não reconhecimento imediato do Estado de Israel, valorizada por países árabes do Médio Oriente. Saudou a visita prevista ao Médio Oriente e perguntou, em tom retórico, se Portugal mantinha o estatuto de neutralidade reconhecido há alguns meses e se considera importante preservá-lo. Destacou ainda a insistência da esquerda parlamentar no tema e a relevância do papel diplomático português na região.

O MENE respondendo conjuntamente às cinco intervenções, abordou vários temas, começando pela situação dos serviços consulares no Brasil, referindo negociações em curso para corrigir injustiças criadas pela reforma de 2023, que prejudicaram trabalhadores,

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.<sup>a</sup> SL

incluindo a formação de 50 peritos em vistos. Sobre a extinção do SEF, criticou os governos anteriores pela falta de soluções e mencionou melhorias, como o reforço da AIMA. Relativamente à Palestina, destacou o papel equilibrado, mas não neutro, de Portugal na mediação dentro da União Europeia e na ONU, referindo esforços para aproximar posições e incentivar soluções. Em relação ao Global Gateway e São Tomé, delegou ao SENEK a questão sobre a cooperação técnica com a Rússia. Por fim, comprometeu-se a analisar um caso específico sobre vistos e reforçou a importância do equilíbrio na diplomacia portuguesa, destacando a visita prevista a Israel, Cisjordânia e Egito.

O SENEK destacou dois eixos fundamentais da política externa portuguesa: a relação com a Europa e com a CPLP, sublinhando a importância do Global Gateway como estratégia inovadora da União Europeia. Esta iniciativa, baseada numa abordagem de 360 graus, conjuga cooperação tradicional com investimentos estratégicos, respeitando valores como os direitos humanos, sustentabilidade e soberania dos Estados parceiros. Saliu que Portugal deve ser proativo, especialmente na CPLP, e reafirmou as relações de excelência com São Tomé e Príncipe. Sublinhou o apoio técnico e no domínio da defesa, incluindo meios marítimos e equipamentos, mantendo confiança no contexto de crescente competição geopolítica. Referiu visitas recentes de altos representantes e comprometeu-se a continuar a fortalecer os laços bilaterais.

No segundo conjunto de cinco intervenções, intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS) abordando três temas principais. Sobre a comunidade portuguesa nos E.U.A., questionou a ausência de instruções aos postos consulares para apoiar os emigrantes, comparando com a campanha organizada durante o Brexit. Referiu ainda a situação dos funcionários consulares no Brasil, questionando o Governo sobre o cumprimento do compromisso de pagamento de salários em euros e a atualização de 9% acordada no orçamento, sublinhando a perda de poder de compra devido ao pagamento em reais. Por fim, mencionou a visita do MENE a Moçambique e a ausência de um encontro com o ex-candidato Venâncio Mondlane, pedindo esclarecimentos sobre a alegação de questões de segurança.

Paulo Neves (PSD) destacou a proximidade com a comunidade portuguesa na Venezuela, sublinhando a coordenação entre o Governo português e o Governo da Madeira no acompanhamento dos emigrantes. Referiu a firme posição do Governo português nas recentes eleições presidenciais da Venezuela, alinhada com a União Europeia, mas sempre garantindo que a comunidade portuguesa não fosse prejudicada. Realçou a importância da

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL

Madeira e dos Açores na identidade euro-atlântica de Portugal, recordando a histórica relação com os Estados Unidos, incluindo o brinde à independência americana com vinho Madeira.

Eurico Brilhante Dias (PS) destacou a importância de defender os interesses portugueses nos E.U.A. e em Bruxelas, sublinhando o superavit comercial com os E.U.A., que triplicou para 6 mil milhões de euros em oito anos, graças a um trabalho contínuo. Referiu ainda os três anos da invasão russa à Ucrânia, alertando para as dificuldades no terreno e sublinhando a necessidade de apoio contínuo e de uma paz justa, questionando a posição do Governo sobre o tema.

Francisco Pimentel (PSD) destacou preocupações com a política de imigração da administração Trump e o impacto nos Açores, devido à significativa comunidade portuguesa nos E.U.A.. Questionou se o Ministério tinha acompanhado a situação, lembrando situações passadas de repatriamentos em massa que criaram problemas sociais graves na região. Referiu que, atualmente, ocorreriam 3 a 4 repatriamentos anuais, mas alertou para possíveis aumentos significativos que poderiam gerar dificuldades de integração. Solicitou ainda garantias de solidariedade do Governo de Portugal caso uma situação semelhante volte a acontecer.

Gilberto Anjos (PS) questionou o MENE sobre a modernização das Forças Armadas e a visão estratégica para reforçar a indústria de defesa nacional e europeia, sublinhando a necessidade de aumentar a autonomia e reduzir a dependência externa. Criticou a falta de visão estratégica demonstrada e destacou a relevância da defesa nacional para Portugal e Europa. Mencionou o alerta da NATO sobre navios russos na costa portuguesa e a incerteza nas parcerias com os EUA. Referiu ainda o debate europeu liderado por Macron e Merkel sobre o reforço da indústria de defesa. Solicitou ao Ministro clarificação sobre a estratégia nacional neste setor.

O MENE respondeu conjuntamente, rejeitando qualquer ideia de oposição à independência estratégica de Portugal, destacando a importância de uma defesa europeia integrada na NATO e rejeitando a ideia de uma potência militar europeia rival dos E.U.A., considerando-a contrária aos interesses geopolíticos e históricos do país. Referiu a necessidade de uma resposta integrada para os 50 deportados registados em 2022, dos quais 12 eram luso-brasileiros e 12 luso venezuelanos, e alertou para eventuais fluxos futuros mais significativos.

**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL**

Sublinhou o triplo superavit com os EUA e destacou o papel histórico da TAP na balança de serviços. Relativamente à Ucrânia, defendeu uma paz justa baseada no direito internacional, com envolvimento europeu, alertando para os perigos de precedentes na alteração de fronteiras pela força. Reafirmou o alinhamento em relação à Venezuela, salientando a importância de proteger a comunidade luso-descendente. Reconheceu o papel estratégico das regiões autónomas na projeção atlântica de Portugal, mas recordou que o país já possuía essa característica devido à sua fachada atlântica. Finalizou criticando a reforma de vencimentos dos serviços periféricos externos, apontando lacunas que deixaram injustiças por resolver, e destacou os problemas herdados da extinção do SEF, que causaram desafios operacionais significativos.

O Deputado Paulo Pisco (PS) solicitou a palavra para afirmar que o MENE não teria respondido às questões que tinha colocado.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 4 de fevereiro de 2025,

**O PRESIDENTE**



*(Sérgio Sousa Pinto)*

**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ATA NÚMERO 41/XVI/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)  
Flávio Martins (PSD)  
Paulo Edson Cunha (PSD)  
Paulo Neves (PSD)  
Regina Bastos (PSD)  
Gilberto Anjos (PS)  
João Paulo Rebelo (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Paulo Pisco (PS)  
Sérgio Sousa Pinto (PS)  
Diogo Pacheco De Amorim (CH)  
José Dias Fernandes (CH)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
Marisa Matias (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Rui Tavares (L)  
Paulo Nuncio (CDS-PP)  
Francisco Pimentel (PSD)  
Eurico Brilhante Dias (PS)  
José Luís Carneiro (PS)  
Pedro Delgado Alves (PS)  
Pedro Correia (CH)  
Cristóvão Norte (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina (PS)  
Manuel Magno (CH)  
Ricardo Dias Pinto (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Edite Estrela (PS)  
Pedro Pessanha (CH)